

ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 23-10-2019.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Manoel Rocha, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Pérola Sampaio e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 200/19 (Processo nº 0433/19), de autoria de Cláudio Conceição; o Projeto de Lei do Legislativo nº 220/19 (Processo nº 0496/19), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 201/19 (Processo nº 0434/19), de autoria de Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/19 (Processo nº 0495/19), de autoria de Lourdes Sprenger. Também, foi apregoado o Ofício nº 901/19, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 001/19 (Processo nº 0028/19). A seguir, foi apregoado documento firmado por Comandante Nádia, informando seu retorno ao exercício da vereança a partir do dia vinte e um de outubro do corrente, tendo a Presidente informado que, em consequência, Lourdes Sprenger passara a exercer a vereança em substituição a André Carús, em Licença para Tratar de Interesses Particulares, passando a integrar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e que cessara o exercício da vereança por Delegado Cleiton. Foram aprovados Requerimentos de autoria de Mendes Ribeiro e Reginaldo Pujol, solicitando Licenças para Tratar de Interesses Particulares, respectivamente, no dia vinte e três e nos dias vinte e três e vinte e quatro de outubro do corrente. Foi apregoado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando Licença-Luto do dia vinte ao dia vinte e sete de outubro do corrente, tendo a Presidente informado que Pérola Sampaio fora empossada na vereança, em substituição, do dia vinte e dois ao dia vinte e sete de outubro do corrente, integrando a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Na oportunidade, foi apregoada Declaração firmada por Marcelo Sgarbossa, informando o impedimento de Leonel Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Braga, Pedro Leonardo da Luz Loss, Professor Bernardo, Reginete Bispo, Samir Squeff e Lídio Santos em assumirem a vereança do dia vinte ao dia vinte e sete de outubro do corrente. Foi apregoado Requerimento de autoria de Adeli Sell, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e dois ao dia vinte e quatro de outubro do corrente, tendo a Presidente informado

que a Mesa Diretora concedera essa licença no dia vinte e dois de outubro do corrente e empossara Manoel Rocha na vereança, em substituição, no dia vinte e dois de outubro do corrente, integrando a Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado o Requerimento de Adeli Sell solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares, no tocante aos dias vinte e três e vinte e quatro de outubro do corrente, tendo a Presidente declarado empossado na vereança Manoel Rocha, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Foi apregoada carta de renúncia ao mandato parlamentar de André Carús, a contar do dia vinte e três de outubro do corrente, tendo a Presidente informado que, em consequência, Lourdes Sprenger assumiria a titularidade do mandato a partir do dia vinte e três de outubro do corrente. Em continuidade, por solicitação de Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim e João Carlos Nedel, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Márcia Fontana Oliboni, a Lourdes Salvadori Záchia, a João Luiz dos Santos Moreira, a Pietro Romano Zoratto, a Adriana Madalena Brum, a Marion Huff Alimena e a Divo Renê Eisfeld. Após, Manoel Rocha e Pérola Sampaio pronunciaram-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Engº Comassetto, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, Aírto Ferronato, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Mauro Zacher e Cláudio Janta. Em prosseguimento, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 142 e 199/19, os Projetos de Lei do Executivo nºs 022 e 023/19 e os Projeto de Resolução nºs 039, 043 e 045/19. Durante o período de Pauta, pronunciaram-se Comandante Nádia e Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Comandante Nádia. Durante a sessão, Engº Comassetto, Idenir Cecchim e Professor Wambert manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e quinze minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Alvoní Medina e Mônica Leal e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo comunicado firmado pela Ver.^a Comandante Nádia, por meio do qual informa ter retornado ao exercício da vereança no dia 21 de outubro de 2019, voltando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em consequência disso, na mesma data, a Ver.^a Lourdes Sprenger passou a substituir o vereador André Carús, que se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares, passando a integrar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM –, e cessou o exercício da vereança, em substituição, pelo suplente Delegado Cleiton.

O Ver. Mendes Ribeiro solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia de hoje, 23 de outubro de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 23 a 24 de outubro de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando Licença Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, no período de 20 a 27 de outubro de 2019, pelo falecimento de sua esposa.

Aprego declaração firmada pelo vereador Marcelo Sgarbossa, líder da bancada do PT, informando o impedimento dos suplentes Leonel Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Braga, Pedro Leonardo da Luz Loss, Professor Bernardo, Reginete Bispo, Samir Squeff e Lídio Santos em assumirem a vereança do dia 20 ao dia 27 de outubro de 2019.

Informo que a suplente Pérola Sampaio foi empossada na vereança no dia de ontem, 22 de outubro de 2019, no Gabinete da Presidência, em substituição ao Ver. Aldacir Oliboni, passando a integrar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

A Mesa registra ter recebido, no dia de ontem, 22 de outubro de 2019, Requerimento do Ver. Adeli Sell, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 22 ao dia 24 de outubro de 2019.

Informo que, nos termos regimentais, a Mesa Diretora concedeu a licença ao Ver. Adeli Sell pelo dia de ontem, tendo o suplente Manoel Rocha sido empossado na vereança, no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Informo também que, nos termos regimentais, a concessão da LTI pelo período restante – dias 23 e 24 de outubro de 2019 – deve ser submetida ao plenário. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Nesse período, o vereador Adeli Sell continuará a ser substituído pelo suplente Manoel Rocha.

Passo a ler a carta de renúncia de mandato do Ver. André Carús. (Lê.): “Senhora Presidente, ao cumprimentá-la, dirijo-me à Vossa Excelência, após profunda reflexão política e pessoal para expor o que segue. Uma denúncia inconsistente, falsa, caluniosa levada às autoridades por pessoa com quem tive sério desentendimento, infelizmente, serviu de base para o deferimento das medidas extremamente drásticas de busca e apreensão e de prisão contra um vereador eleito da Cidade de Porto Alegre. Com a vedação da condução coercitiva, por ausência de lei que a autorize, conforme julgamento proferido pelo Ministro Gilmar Mendes do STF, restou às autoridades o deferimento da prisão temporária, violenta, inconstitucional, incabível, odiosa. Fui preso sem ter sido chamado a esclarecer o que fora lançado contra mim de forma unilateral. Sempre atendi aos chamados da Polícia Civil para esclarecer qualquer ponto. Atenderia imediatamente o chamado do Sr. Delegado de Polícia, caso ele tivesse a grandeza de assim agir. Bastaria um telefonema e eu teria comparecido ao DEIC mil vezes, se necessário fosse. Não havia necessidade da violência, do sensacionalismo, da vaidade, da comunicação à imprensa, da exploração midiática do caso. Uma pessoa

comparece à Delegacia de Polícia e conta uma história. Vai a um órgão de imprensa e repete essa história. No Brasil de hoje, infelizmente, isso basta para que um homem inocente seja preso. No País democrático de hoje, uma boa história vale mais do que a reputação de uma vida. A democracia corre sério risco, especialmente quando as instituições abrem mão da defesa das garantidas às pessoas. Ser preso, só em último caso. Primeiro convocar para depor, depois ouvir a versão do investigado, depois apurar a veracidade da denúncia e da defesa. Nunca prender antes e apurar depois. Um país democrático, com uma Constituição garantidora de direitos, não pode se dar ao luxo de esquecer o massacre promovido pela Ditadura de 1964. Prender e matar sem processo, sem estado, sem ordem jurídica, sem direitos humanos. O Brasil de hoje, da Constituição de 1988, da democracia restaurada, deve muito a homens do velho MDB, tais como Theotônio Vilella, Ulisses Guimarães, Miguel Arraes, Pedro Simon e meu pai Eroni Carús, dentre tantos outros. Se hoje temos liberdade de expressão, devemos render homenagens aos bravos que lutaram para que voltássemos a ter a democracia covardemente atacada pela força repugnante dos covardes militares golpistas de 1964. Covardes. Mil vezes covardes. A minha prisão, violenta e absurda, por ser absolutamente desnecessária, estabelece um prejulgamento inaceitável quanto a fatos que sequer foram devidamente apurados. Sem necessidade, fui preso. Sem processo, já fui julgado. Sem defesa, tenho contra mim a pecha de criminoso e de corrupto. Quem me acompanha sabe que sempre procurei exercer o mandato de vereador, alicerçado pelos princípios da ética, transparência e atendimento ao interesse público. Não apenas na presente legislatura, desde o dia 1º de janeiro de 2017, mas também na condição de suplente em que assumi o mandato entre 2009/2013 e 2013/2017. As conquistas obtidas em favor de uma cidade melhor para as pessoas são evidentes a partir do exercício de meu mandato parlamentar. Em dois anos e oito meses, economizamos R\$ 385 mil reais, 78% da verba de gabinete disponível, que retornaram aos cofres públicos. Aprovamos diversas leis importantes, com impacto direto no cotidiano da população, entre as quais faço referência à instituição do Programa Municipal do Primeiro Emprego, Lei Complementar nº 820/2017; transparência na destinação dos recursos oriundos das multas de trânsito aplicadas pela EPTC, Lei nº 12.482/2018; disciplina dos elementos do mobiliário urbano em Porto Alegre, Lei nº 12.518/2019; definição do território da Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre, Lei nº 12.381/18; transparência na divulgação dos serviços e profissionais na rede básica municipal de saúde, Lei nº 12.477/2018, e a criação do Plano Municipal de Educação Ambiental, Lei nº 12.561/2019. Outros projetos e iniciativas relevantes permanecem em tramitação, como por exemplo, a instituição de benefício fiscal, a partir do IPTU, para incentivar a implantação de sistemas de captação e aproveitamento da energia solar, PLC nº 22/18; a proibição de utilização e fornecimento de copos plásticos descartáveis no comércio em geral, PL nº 013/2019, e a proibição de cobrança no valor de estacionamento, por determinado período, pelos hospitais, clínicas e congêneres que atendam pelo SUS, PL nº 045/2019. Em 32 meses de mandato, aprovamos 42 propostas legislativas, percorremos 47.531 quilômetros e promovemos 2.576 ações do projeto “Mandato na Rua”, visitando e ouvindo os cidadãos dos diferentes bairros e comunidades da capital.

Tudo isso, mesmo economizando de forma expressiva os recursos da verba de gabinete. Protocolamos 1.241 pedidos de providência à Prefeitura Municipal, sendo que deste total, 981 foram solucionados ou tiveram algum retorno de parte dos órgãos responsáveis. Portanto, não nos limitamos a trabalhar no interior da estrutura física da Câmara Municipal. Fomos às ruas, ouvimos as pessoas, encaminhamos suas demandas e buscamos sempre fazer o melhor. A isso, agradeço minha equipe de assessores incansáveis nessa tarefa. Destaco ainda a importância do trabalho que desenvolvemos na presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, em 2017 e 2019, bem como nas Frentes Parlamentares em Defesa do Meio Passe Estudantil no Transporte Coletivo de Porto Alegre e pelo Fortalecimento da Guarda Municipal. Esse trabalho deveria ter sido respeitado. Repito: bastava um telefonema para que eu fosse dar depoimento perante a Autoridade Policial. Não havia necessidade de prisão, busca e apreensão ou qualquer medida violenta.

Executadas essas odiosas medidas, entretanto, solicitei formalmente licença por tempo indeterminado do mandato de Vereador com o objetivo de colaborar diretamente com a investigação dos fatos a mim atribuídos. Pelo Digno Juízo da 52 Vara Criminal, de outra parte, foi determinado meu afastamento cautelar do exercício do mandato. Nunca pratiquei qualquer conduta que possa ser qualificada como extorsão, concussão ou associação criminosa. Nunca pratiquei a barbárie de exigir recursos de servidores nomeados em meu gabinete ou indicados politicamente para outras funções públicas. Nunca me locuoplei ou obtive vantagens indevidas por conta de entidade citada nas denúncias que foram feitas. Apenas defendi o direito de servidores públicos municipais acessarem serviços e benefícios, assim como as entidades e associações poderem ofertar os mesmos, sem práticas abusivas ou em desrespeito às normas do sistema financeiro. Isso tudo será provado no curso da investigação e de eventual ação penal, caso ajuizada. Mas eu devo confessar que erreí. Errei ao me deixar seduzir por agiotas e suas promessas de facilidades. Errei ao ter medo de denunciar essas pessoas às autoridades, quando começaram as ameaças. Errei quando aceitei dinheiro de amigos, porque nunca tive apenas assessores. Eles foram muito mais do que isso. Os vereadores sabem do que falo: temos verdadeiros irmãos de luta e de caminhada em nossos gabinetes. E eu erreí ao envolver essas pessoas no meu superendividamento. Por medo e por vergonha, envolvi pessoas inocentes, que vivem honestamente dos seus salários e do seu trabalho, numa situação extremamente constrangedora e difícil. Peço desculpas a cada um deles e a todos. Sem exceção. Não extorqui ninguém, mas erreí ao tentar sair de uma situação extremamente difícil provocada por pessoas que fazem da prática da intimidação, da ameaça, do constrangimento, uma forma, aí sim, de extorsão de juros abusivos, de empobrecimento de gente simples, sem forças para reagir. Tenho certeza de que muitas pessoas do povo sabem o que passei nas mãos desses agiotas, que atuam na borda, na margem, na escuridão e, impunes, provocam a ruína de pessoas fragilizadas pelas dívidas e pela falta de recursos. Por ter errado com aqueles que me ajudaram tanto, decidi deixar a vida pública. Meus pais me ensinaram a ter vergonha na cara. Nesse caso, não tenho vergonha do que me acusam, porque vou provar que é mentira. Tenho vergonha, isso

sim, de ter envolvido pessoas inocentes no meu dilema pessoal, no meu endividamento. Renuncio ao meu mandato e vou me dedicar, com exclusividade, à demonstração da minha inocência frente às acusações e abusos sofridos, com apoio profissional do amigo de longa data, parceiro de tantas caminhadas, o Advogado Criminalista Dr. Jader Marques e seu escritório. Faremos com que a verdade e a justiça prevaleçam. Tudo será esclarecido. Com o gosto amargo da injustiça na boca, retomo com gana, com garra, com uma especial vibração, o sonho do exercício da advocacia, deixado em segundo plano pela entrega à causa pública. Deixo o legado de todo o trabalho desempenhado com extrema seriedade para o deleite dos que me apoiaram e para o arrependimento dos meus acusadores. As ilações caluniosas e mentirosas serão todas desfeitas. Vou, a partir de hoje, prestar contas à Justiça, à minha família, aos amigos solidários, verdadeiros e me justificar aos 6.882 eleitores que me conduziram ao Poder Legislativo nas eleições municipais de 2016, provando a verdade dos fatos levantados contra minha pessoa. Para concluir, numa homenagem ao meu pai Eroni Carús, quero lembrar Ulysses Guimarães, em seu discurso sobre a recém-promulgada Carta Política de 1988: ‘Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Com Ulysses, contra toda a tirania, afirmo que: ‘Traidor da Constituição é traidor da pátria. (...) Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações. Principalmente na América Latina.’ Diante do exposto, nos termos dos artigos 224, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal e 69 da Lei Orgânica Municipal, encaminho minha RENÚNCIA ao mandato de vereador de Porto Alegre pelo MDB, em caráter irrevogável. Como cidadão comum, agarrado à Constituição Federal do meu País, vou provar a minha inocência. Cordiais Saudações, André Carús.”

Em razão da renúncia do Ver. André Carús assume a titularidade a Ver.^a Lourdes Sprenger, que já prestou o seu compromisso.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da senhora Márcia Fontana Oliboni, esposa do nosso companheiro Aldacir Oliboni.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da senhora Lourdes Salvadori Záchia, mãe do nosso ex-presidente da Casa, Luiz Fernando Záchia.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelos falecimentos de João Luiz dos Santos Moreira, Pietro Romano Zoratto, Adriana Madalena Brum, Dra. Marion Huff Alimena, ex-procuradora desta Casa, e do Sr. Divo Renê Eisfeld. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Manoel Rocha está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR MANOEL ROCHA (PT): Boa tarde a todos e todas, Sra. Presidente, público que assiste na TVCâmara, às nossas vereadoras e aos nossos vereadores aqui presentes também, aos nossos apoiadores, amigos lá da periferia, lá da comunidade, quero agradecer antecipadamente. Nós, como representantes lá da periferia, onde falta a rede de esgoto, onde o valão corre a céu aberto, queremos dizer ao Sr. Prefeito que a cidade, que outrora era Cidade Sorriso, hoje a nossa cidade está triste, abandonada, e os problemas cada vez mais se agravando. Queremos também dizer que faltam lá os investimentos na cultura, nas oficinas de cultura para envolver aquela juventude para que aprenda e veja que há possibilidades na cultura, na educação, para o crescimento dos seus objetivos. Também temos que dizer que lá, na comunidade, falta a construção da creche comunitária, a escola infantil, porque a mãe trabalhadora não tem onde deixar o seu filho para ir ao trabalho. Na comunidade, a questão do atendimento à saúde se agrava, e vimos que o nosso prefeito não está tendo a sensibilidade para tratar dessa questão junto aos trabalhadores da saúde, e quem sofre com essa situação é aquela população lá na vila, lá na periferia, que fica desassistida sem poder ter um local de atendimento - importante e necessário para a sua família. Quero agradecer também aqui a presença dos familiares, porque entenderam a nossa luta, que começamos na associação de moradores, no Orçamento Participativo, que, hoje, infelizmente, o OP não está cumprindo mais aquele objetivo que era de apontarmos as necessidades e as prioridades e o governo poder atender conforme a priorização. Outrora, o Orçamento Participativo era bem mais respeitado, e nós precisamos retomar essa ferramenta. O Orçamento Participativo precisa ser revigorado, precisa ser repensado e precisa ser respeitado pelo gestor público. Queremos dizer que há necessidade de que o prefeito ouça os trabalhadores públicos, porque lá, na periferia, nós precisamos do atendimento desses trabalhadores: na escola, no posto de saúde. Pedimos, encarecidamente, que o nosso prefeito Marchezan tenha a sensibilidade de buscar uma alternativa para essas questões da saúde que estão, nos últimos anos, se agravando a cada ano que passa. Sem que o prefeito tenha essa sensibilidade, os problemas certamente se agravarão. Quero dizer que estou aqui como representante lá da periferia, lá daquele eleitor mais necessitado, daquele eleitor que coloca no seu voto a esperança de melhoria no seu dia a dia. Esperamos que o prefeito Marchezan repense os projetos que estão prejudicando esta cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Pérola Sampaio está com a palavra nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA PÉROLA SAMPAIO (PT): Quero cumprimentar todos e todas aqui presentes e dizer que é sempre um privilégio retornar a esta Casa, na qual nós

nos colocamos na condição de representar a parcela mais vulnerável e que mais precisa da sociedade porto-alegrense. Quero dizer que uma das pautas que nós mais abraçamos quando aqui estivemos na primeira vez que tomamos posse como vereadora foi a pauta do extermínio das nossas juventudes, em especial da juventude negra, que está morrendo, morrendo com uma bala que não é perdida, mas direcionada, como em alguns bairros da cidade que nós vemos. Nós entendemos que a segurança pública, que todo esse espaço que nós temos na cidade, como as praças, está sendo tomado pela violência. É isso que nós, quando estivemos aqui em momentos anteriores, e reafirmamos neste espaço isso também... A nossa juventude está morrendo e ela precisa estar viva com segurança e com educação. Entendemos que sem educação não é possível construir um mundo melhor, para que todos e todas vivam com dignidade, com dignidade na sua existência, e não como uma forma de sobreviver, mas conseguir viver, viver com dignidade.

É por isso que nós estamos ocupando esse espaço. Também queremos saudar a Ver.^a Karen, por quem nós temos um grande carinho, que muito nos honra com as pautas que levanta, que são muito caras para nós, enquanto mulheres negras, que ocupamos esses espaços tão invisibilizados, mas que estamos aqui para dizer que esse espaço também é nosso e nós também podemos utilizar com empoderamento. Empoderamento de mulher negra, que tínhamos tudo para não darmos certo, e estamos aqui para fazer o diferencial e dizer que um mundo possível é possível de ser vivido, em especial no Parlamento, onde a gente pode utilizar como uma ferramenta estratégica e fundamental. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sra. Presidenta, Ver.^a Mônica Leal, cumprimentando a senhora, cumprimento cada um dos colegas vereadores e vereadoras; nossos visitantes aqui no plenário e todos que nos assistem pela TVCâmara. Venho aqui em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, em nome do nosso líder, Ver. Marcelo Sgarbossa, agradecendo aqui pelo espaço, dizer que a nossa bancada, a nível federal, no dia de ontem, e com o conjunto de outros partidos progressistas, votou, no Senado, com unanimidade, contra a dita reforma da Previdência que vem para destruir os direitos do povo brasileiro, para destruir o direito dos trabalhadores. A receita do Guedes, que ontem foi aceita no Senado Federal, a Escola de Chicago, está falida, e está aí o exemplo do Chile, onde a população se rebela contra o grande capital internacional que empobrece as famílias, que retira o direito à educação, retira o direito à saúde, retira o direito à aposentadoria. Pois o Chile, neste momento, é o país da América Latina que apresenta o maior índice de suicídio de pessoas idosas, porque lá os aposentados que tiveram a mesma receita que o Guedes

passa a aplicar no Brasil, hoje recebem menos do que meio salário mínimo do Chile, não conseguem se sustentar e são levados, emocionalmente, ao suicídio.

Aqui estão as fotos do que está acontecendo neste momento no Chile. (Mostra fotos.) Este Parlamento e nós temos que ser solidários com o povo latino-americano que luta pelo direito à educação, à comida, à saúde, pelo direito de viver uma vida digna como trabalhadores, e a América Latina está percebendo essa situação. O país que mais cresce na América Latina hoje é a Bolívia. Aquele que a direita brasileira sempre condenou por ser um país indígena, por ser um país hoje comandado por um indígena que é o Evo Morales, que ganhou as eleições no 1º turno, é o país que mais cresce. A Argentina, na próxima semana, vencerá as eleições também derrotando a receita neoliberal do capitalismo internacional; o Uruguai vai no mesmo caminho.

Quero dizer aos neoliberais aqui da Casa, Ricardo, que os neoliberais brasileiros estão abandonando o Brasil e indo para Portugal, governado pelo socialismo, que venceu as eleições em poucos dias. Portugal é o país que mais cresce na Europa, que mais distribui renda na Europa, e ganhou as eleições de todas as coalizões de centro e extrema-direita novamente. Portanto, quando se destrói um governo, quando se entrega a riqueza nacional, quando não se olha para a população, chega um momento em que a população explode, e é isso o que está acontecendo no Equador, é isso o que está acontecendo no Chile, é isso o que está acontecendo na Argentina. Eu quero, sim, debater o conteúdo e mostrar que esta pobreza que está instalada na América Latina, ontem foi dado um atestado de destruição também da população brasileira, para as gerações que estão por vir...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): ...daqui a 15, 20 anos. Ver. Cassiá Carpes, V. Exa. e o seu partido que foram autores do golpe, o Lula, sim, está preso injustamente, é um preso político neste País e que esta semana vai voltar a percorrer o Brasil para dizer que a retomada está próxima. A América Latina está dando sinal e nós não ficaremos atrás, porque o neoliberalismo é uma receita falida. Hoje, há poucas horas, Ver.^a Mônica Leal, uma criança de 4 anos foi fuzilada no Chile e isso acontece no Rio de Janeiro onde a extrema-direita está governando. Portanto, nós não podemos aceitar. Venho aqui, em nome do meu partido e dos partidos de oposição, trazer a solidariedade ao povo chileno.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, subo esta tribuna para dar as boas-vindas aos novos vereadores da Casa. Caro saudar, particularmente, a querida Pérola Sampaio, minha aluna, muito convivemos nos corredores da PUCRS, um exemplo de que a divergência de ideias não é levada para o ódio pessoal, mas que podemos construir sínteses a partir da dialética, da contraposição, dos nossos diálogos no café, na sala de aula. É uma alegria muito grande te encontrar aqui, já fui orientador do Ver. Marcelo Sgarbossa, líder da tua bancada, fez um belíssimo trabalho sobre doutrina social da igreja, o princípio de subsidiariedade que me é muito caro. Então, quero te dar as boas-vindas, quero saudar também a bancada do MDB, quero dar as boas-vindas à Ver. Comandante Nádia, reassumindo seu mandato, conferido pelo povo de Porto Alegre, essa brilhante vereadora que estava fazendo falta nesta Casa. Eu sei que o Executivo perde com sua vinda, mas nós ganhamos muito – seja muito bem-vinda! Está oficialmente agora empossada como titular a nossa querida Ver.^a Lourdes Sprenger. Lamento o que aconteceu – enquanto vereador – com a bancada do MDB, com o que aconteceu com o Ver. André Carús. Entendo que ele tomou a decisão acertada, Ver. Cecchim, líder dessa bancada, para poder cuidar da sua vida privada, se defender e demonstrar sua inocência ao longo do processo que tem que enfrentar agora – uma decisão acertadíssima. Mas também ganha a Casa com a Ver.^a Lourdes Sprenger, que tem mostrado seu brilhantismo na CPI que enfrentamos aqui, sua competência, sua capacidade técnica como vereadora, que nos traz um conforto e uma alegria muito grande. Então, seja muito bem-vinda; como colega vereador, queria deixar esta mensagem, mas também não queria deixar sem resposta o que foi dito aqui pelo Ver. Eng^o Comassetto, lembrando-o que quem governa o Chile há quase 20 anos é a esquerda. Se o caos está hoje instalado no Chile é resultado dos governos de esquerda. Parece que bom mesmo era o PT que durante 12 anos deixou o Brasil desolado; bom mesmo era o PT que deixou um rombo de bilhões em corrupção, desviados da Petrobras; bom mesmo era o PT que fez cortes na educação e depois veio aqui fazer críticas ao contingenciamento – agora todas as verbas foram pagas; era só um contingenciamento! Então, a gente precisa colocar os pingos nos is, e como bem lembrou o Ver. Valter Nagelstein, a OEA já emitiu uma nota dizendo que há um movimento de desestabilização da América Latina, de ataque às democracias latino-americanas, perpetrado – isso nós sabemos – pelo foro de São Paulo, que a organização de inspiração totalitária e que tem ódio e nojo da democracia, e o tempo inteiro conspira contra a democracia na América Latina. Não gostaria de ter feito esse comentário, mas já que estou na tribuna. Mais uma vez, o meu abraço à bancada do MDB e à Ver.^a Pérola Sampaio, que assume nesta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoni Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Eng^o Comassetto, talvez eu nem precisaria respondê-lo, tendo em vista que a sua manifestação terminou com a defesa inflamada de um presidiário condenado por corrupção – talvez isso dispensasse a resposta. Mas até a falta de compromisso do Partido dos Trabalhadores com a verdade tem limites. Primeiro, dizer que a Escola de Chicago morreu porque há protestos no Chile. Ora, o Chile não adota a Escola de Chicago desde que Michelle Bachelet tomou o poder em 2006, é preciso atualizar as anotações. Parece que a esquerda esqueceu que governou o continente – esqueceu que governou o continente! Agora, vem aqui e mostra fotografias dos protestos no Chile. Onde estava V. Exa. quando mais de 40 pessoas morreram na Venezuela, em protestos contra o governo ditador, sanguinário de Nicolás Maduro, que seu partido, com tanto carinho, defende, assim como o PSOL? Até dancinha tinha para a defesa de Maduro, apoiadores de Chávez. Depois, fizeram um discurso dizendo que Maduro traiu Chávez. Maduro é a consequência inevitável das ideias de Chávez. Onde estavam os senhores, quando na Argentina a banda guerrilheira de Cristina Kirchner escondia sacos de dinheiro dentro de conventos, com filmagens de políticos jogando sacolas de dólares sobre muro de conventos, fruto da corrupção, que lá aconteceu em conluio com a corrupção que o Partido dos Trabalhadores estabeleceu no Brasil? Onde estava o senhor, quando na Bolívia, Evo Morales convocou um plebiscito para que o povo dissesse se ele poderia concorrer a mais uma eleição. E Bolívia *dijo que no*, a Bolívia disse “não”! Agora, Evo Morales concorre contra o plebiscito que convocou, rasgando a clausula constitucional da democracia, como fez Lula aqui, que convocou um plebiscito contra o desarmamento, perdeu e implementou contra o plebiscito. Onde estava o senhor, quando na Nicarágua morriam pessoas em protestos contra o governo Ortega, que também cala a imprensa e silencia a liberdade cidadã? Agora, o problema do Chile é o problema do neoliberalismo. Então, os protestos de 2013 aqui no Brasil contra o aumento do ônibus eram também contra o neoliberalismo de Guido Mantega. Era Guido Mantega na Escola de Chicago e não sabíamos, o homem que ajudou a destruir as finanças brasileiras. Ora, corvos e abutres são os que agora querem se alimentar dos mortos no Chile. Corvos e abutres que pregaram por este continente quando governaram grande parte da América Latina! E o senhor vem falar aqui do Equador, como se Correia não fosse do Fórum de São Paulo, como é o seu partido, o Fórum de São Paulo que arruinou um continente que já era pobre. A esquerda prometeu no Chile, como prometeu no continente inteiro, a riqueza e a felicidade eterna, entregou e continuará entregando sangue nas ruas. É isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, saúdo todos os colegas e pessoas que nos assistem pela TVCâmara, venho falar sobre um tema da cidade. Ontem foi apresentada, na CEFOR, a LOA, nosso Orçamento anual para 2020 e eu gostaria de trazer algumas reflexões sobre esse orçamento apresentado. Primeiro, acho que devemos louvar a forma com que o governo tem trazido a questão do déficit, botando na projeção de receita orçamentária e no nosso orçamento. Aqui a gente tem um orçamento de 2020, de cobertura do déficit, de R\$ 337 milhões. Ou seja, fica muito claro e transparente que nós estamos correndo atrás do prejuízo, e Porto Alegre está assim durante muito tempo. Da mesma forma, eu quero deixar claro também outros dois pontos que me chamaram a atenção. Primeiro, os investimentos previstos para o ano que vem, na ordem de R\$ 573 milhões. Quinhentos e setenta e três milhões, muito embora pareça ser uma cifra grande - e de fato é um investimento grande comparado ao dos últimos anos, porque nossa Porto Alegre não viu esse montante de investimento nos últimos anos - ainda é muito pequeno quando a gente olha para o tanto de impostos que nós arrecadamos. O orçamento para o ano que vem será de R\$ 8 bilhões, aproximadamente, e esses R\$ 573 milhões representam em torno de 7% somente, ou seja, de cada R\$ 1,00 que o cidadão paga de imposto, são R\$ 0,07 centavos que irão retornar em investimentos. E ainda assim é um valor muito significativo comparado ao histórico de investimentos da cidade. Se a gente olha para as operações de crédito que a Câmara agora está votando, serão mais R\$ 240 milhões para complementar esse investimento. Ou seja, quando a gente olha para o orçamento, nós temos R\$ 0,07 de R\$ 1,00 sendo dedicados para investimentos, mas nós temos ainda R\$ 0,46 desse mesmo R\$1,00 para outras despesas correntes, para gastos de manutenção de atividades dos órgãos. Isso faz com que, ao olhar o Orçamento de maneira quebrada, fique muito claro como existe um desequilíbrio – não é, Ver. Idenir Cecchim? – e de como ainda a Prefeitura pesa em decorrência de decisões ao longo de diversas gestões que fazem com que somente agora, após longas e ainda muito tímidas reformas perto daquilo que Porto Alegre precisa, nós consigamos ter uma margem de investimentos para saudar.

O IPTU, por exemplo, em 2018, representava 6,48% da receita própria, e estamos falando sobre receita no compêndio geral. Em 2019, ele aumentou sua participação para 7,3%, por ajuste inflacionário e mais algumas buscas de credores. Mas, votado e aprovado o aumento do IPTU, em 2020, a participação projetada vai a 10% do nosso orçamento, um recorde para a prefeitura de Porto Alegre, pelo menos é o que se tem de registro dos últimos anos. Então, nós estamos falando de um acréscimo orçado de R\$ 185 milhões, um crescimento de 30% em relação ao ano de 2018, ou 55% de crescimento nos últimos três anos. Esse foi o orçamento apresentado na CEFOR e que agora esta Casa irá analisar.

Faço questão de destacar que a projeção de aumento do IPTU, especialmente para o ano que vem, será de R\$ 100 milhões aproximadamente, uma vez que muito bem apontado pelo Teddy, coordenador da Receita Municipal, nós devemos ter, em dezembro de 2020, algumas antecipações de pagamento do IPTU já com o novo aumento e, portanto, o resultado se torna ainda mais inflado.

Finalizo aqui essa questão da CEFOR e do orçamento municipal para trocar de assunto, para falar sobre a concessão do Mercado Público. Um projeto do governo municipal que, a meu ver, é acertado, está sendo refinado, mas que hoje pela manhã, na audiência pública, virou um circo. E eu lamento muito que um tema sério e complexo como esse tenha sido e esteja sendo tratado de maneira tão infantil, superficial e errada por vereadores como a Ver.^a Sofia, porque ela ainda não entendeu que virou deputada estadual. A Ver.^a Sofia insiste, muito embora já tenha dado uma aula neste plenário com fantoches, diferenciando o que é concessão e o que é privatização, em dizer que será uma privatização do Mercado Público, Ver.^a Nádia.

O PT insiste nessa narrativa, não porque não aprendeu, não porque não lhe foi explicado, mas porque age de má-fé, coleta assinaturas de servidores e manipula muitos dos permissionários, mentido que eles vão perder os seus empregos e seus sustentos, e coletam os dados de contato em abaixo-assinados contra a privatização porque querem, na verdade, montar listagem para a campanha eleitoral, para formar novos sindicatos, para aumentar o seu núcleo partidário. É para isso que eles querem essa discussão e é para isso que eles mentem. E não é nenhuma surpresa ver o PT mentindo porque agora a pouco veio um petista nesta tribuna e mentiu. O Ver. Eng^o Comassetto veio aqui e falou sobre a previdência chilena, sobre os problemas do Chile, disse que é a previdência com a qual o Paulo Guedes sonha – quem dera o Brasil sonhasse com a décima melhor previdência do mundo, segundo avaliação da Bloomberg, uma previdência que foi feita à luz da previdência sueca por exemplo. Quem dera!

E quando ele fala sobre o Chile, ele esqueceu de dizer que muitas das manifestações estão sendo capitaneadas por apoiadores, por exemplo, do petismo. E quando ele louva o primeiro turno na Bolívia, ele esquece de dizer que é uma eleição fraudada e que a Bolívia já vive uma ditadura de Evo Morales, onde qualquer ser minimamente inteligente e politicamente engajado consegue notar a perversão das instituições democráticas daquele país nos últimos anos. E eu tenho amigos próximos, que estudaram comigo, que são cidadãos bolivianos, que moram lá e hoje estão na linha de frente condenando e militando contra esse golpe de Estado conduzido por Evo Morales.

Então, é lamentável ver vereadores – sejam vereadores que hoje são deputados – mentindo para conseguirem mais apoio político em outros níveis para o PT, como também é lamentável ver que ainda existam distorções aqui no Parlamento, embora todas as aulas que já tenham sido feitas e dadas de maneira gratuita para os parlamentares. Então, o PT mente de má-fé, e isso é praxe, não à toa que foi contra, agora, a reforma da previdência pelos motivos errados, como sempre foi, porque estava errado também quando foi contra o Plano Real. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, eu gostaria de recorrer a V. Exa. e ao colega Camozzato, porque nós temos divergências sobre os

temas não autoriza ele a me chamar de mentiroso. A imprensa toda está noticiando as atrocidades e as mortes que estão acontecendo no Chile neste momento. É minha obrigação e eu respeito a discordância que ele tem, mas me chamar de desonesto não dá. Muito obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Sim, senhor. Registrado.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, eu não preciso ajudar o Ver. Comassetto, muito menos defender outros vereadores, mas eu acho que em vez de mentiroso, eu diria que ele foi omissivo em não recordar as mortes da Venezuela.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Feito o registro, Ver. Cecchim.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, a bem da verdade, eu não presenciei o Ver. Camozzato chamando ninguém de mentiroso, porque, conceitualmente, nem todo o mundo que mente é mentiroso. O mentiroso é um homem que tem vícios, e a mentira pode ser por ignorância, pode ser acidental, pode ser até de boa fé, e o Ver. Camozzato falou em mentira e não insultou nenhum vereador desta Casa chamando de mentiroso, porque é uma diferença conceitual gigantesca.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro presidente Alvoni, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista e trago aqui o nosso abraço inicialmente aos nossos vereadores e vereadoras, uns que retornam à Casa e outros que chegam aqui. Um abraço à Pérola, nossa querida amiga que está conosco, ao Manuel, à efetivação da colega Lourdes Sprenger, o retorno da amiga Nádia. Sejam bem-vindos! Trago um abraço fraterno e carinhoso e meus sinceros sentimentos ao amigo, parceiro e colega Oliboni pelo falecimento da sua esposa. Não vou falar aqui sobre direita, esquerda, Chile, etc., até porque o tema é bastante complexo, agora, necessariamente vou falar que eu assisti, nós assistimos uma retirada gigantesca de direitos conquistados pelo povo brasileiro a sua aposentadoria, e daqueles que mais tiraram direitos, foram dos mais pobres do Brasil. O que estranha é ver deputados e senadores vibrando de felicidade porque aprovaram essa reforma da previdência. Repito: vibrando de felicidade porque aprovaram reforma da previdência que irá poupar, em dez anos, R\$ 800 bilhões. Neste ano, em um mês, Ver. Hamilton, se roubam 200, 300, 400 bilhões de reais. E a salvação da lavoura agora é retirar dinheiro do trabalhador para deixar no caixa da União, como uma grande medida que se toma. Quem vai pagar para a Nação brasileira R\$ 800 bilhões? Os aposentados que vão pagar aqueles que se aposentarão, são eles que vão deixar de receber, e são eles

que vão pagar a conta. Eu fiz parte de um movimento, que éramos contra, Vereador Paulo Brum, a Reforma da Previdência, éramos contra. E antes, bem antes, do que está acontecendo no Chile agora, nós dávamos o exemplo do Chile. Não vem me dizer que o Chile hoje é a maravilha do século, capitaneado e idealizado pelo Paulo Guedes, está meio por fora e, com todo respeito, daquilo que está acontecendo por lá. Retiraram-se recursos desses 30 anos, e agora chegou o momento de pagar as aposentadorias, e a miséria generalizou. Poucos, muito poucos que conseguiram contribuir com um pouco mais, estão um pouco satisfeitos, e a grande maioria do povo chileno, está amargando a dura realidade de uma aposentadoria mínima e muito baixo. Portanto, nós esperamos para ver daqui a 20, 30 anos, o que acontecerá com este País, e vamos ver se esses deputados e senadores festeiros, alegres, satisfeitos, brincalhões, que resolveram o problema da Pátria Brasileira, se vão estar arrependidos ou não daquilo que fizeram e com seus votos favoráveis à Reforma, que se aprovou. Somos favoráveis à reforma, sempre fomos, mas não desse tamanho e não com os equívocos que ela nos apresentou. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, eu subo à tribuna, neste momento, em tempo de liderança pela minha bancada, bancada do PSOL – portanto falo também em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos. Eu gostaria, inicialmente, de manifestar a minha preocupação com relação à atitude do prefeito Nelson Marchezan Júnior, que ontem manifestou, digamos assim, a sua vontade de que esta Casa Legislativa fizesse o repasse dos recursos não empenhados neste ano de 2019 – como tem feito habitualmente nos últimos anos – para o Executivo. Eu não digo que a minha preocupação se refere ao ato em si, porque quando o Ver. Valter Nagelstein foi Presidente desta Casa Legislativa o Ver. Cassiá Carpes sugeriu a antecipação desse repasse, porque nós tínhamos problemas muito graves na cidade para ser enfrentados, um deles era a grande população em situação de rua que estava desassistida, e o segundo, de acordo com a preocupação do Ver. Cassiá, era a condição das vias urbanas da nossa cidade. O Ver. Cassiá sugeriu que nós fizéssemos a antecipação de R\$ 20 milhões para poder enfrentar esses problemas. Isso cabe ao Legislativo. Agora, que o prefeito faça uma determinação, isso é, no mínimo, desrespeitoso – no mínimo! Eu acredito que nós, como poder instituído, votado pela população de Porto Alegre, temos que dar a nossa contribuição. Agora, esse repasse precisa ser conversado, Ver. Bosco, que me ouve atentamente. O prefeito deveria vir à Casa Legislativa conversar minimamente com a Mesa Diretora e dizer: “Olha, a Prefeitura está precisando”. O secretário Busatto, que está ali, no primeiro quadrimestre, comunicou um superávit milionário da Prefeitura; e, agora, o prefeito sinaliza com o déficit de R\$ 800 milhões, parece – R\$ 700 milhões ou R\$ 800 milhões.

Eu não sei o que o Executivo faz para gastar tão mal o dinheiro do contribuinte. Se nos quatro primeiros meses teve superávit e agora está afundado em dívidas, alguma coisa muito errada está acontecendo com as finanças da nossa cidade. O malabarismo contábil está muito errado, gente. Está muito errado! Eu não sei se é a matemática, se são as calculadoras que estão utilizando, se os programas estão dando algum tipo de problema, algum *bug*, mas tem alguma coisa errada nas finanças desta cidade. Não sei se é má-fé, pode ser, mas talvez seja mera incompetência. Ou então é má-fé mesmo, é querer mascarar os números, maltratar os números para justamente criar o caos dentro da nossa cidade – essa me parece a opção mais clara, mais coerente dentro das linhas que o prefeito segue.

Eu gostaria, também, no final deste meu tempo, de saudar a posição dos nossos deputados estaduais do Rio de Janeiro, que votaram unanimemente para manter presos os deputados cariocas que estão sendo investigados por barbaridades cometidas no seu estado. Parabéns à nossa bancada estadual! Infelizmente, essa não foi a atitude da maior parte das legendas daquela casa parlamentar. Somente a bancada do PSOL, os nossos cinco deputados estaduais, e os dois deputados estaduais do partido NOVO decidiram fechar questão e votar pela manutenção das prisões; os outros partidos e bancadas racharam ou votaram integralmente a favor da libertação desses criminosos. Então, um grande abraço para os nossos deputados aguerridos, combativos e muito coerentes com relação às suas posturas de não arredar pé e não entrar em conluio com o descaminho do dinheiro público. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, eu creio que aqui foi inaugurado um debate e me parece que a Câmara de Vereadores tem sim uma certa obrigação de discutir, porque nós estamos na América Latina, num quadro de crise muito grave. E, ao mesmo tempo, eu creio que nós, como vereadores, temos a obrigação de discutir os rumos do nosso País, porque o Brasil está inserido num contexto que é esse contexto de crise e de grande descontentamento social. Aqui, eu creio que alguns vereadores insinuaram a defender o modelo chileno, e o próprio governo brasileiro, o ministro da economia, o Paulo Guedes, o presidente Bolsonaro, e a grande mídia brasileira sempre enalteceu o Chile como modelo; um modelo a ser seguido pelo Brasil. E nós estamos vendo uma rebelião popular – no Chile -, uma rebelião popular muitíssimo potente. Antes disso, e antes de seguir falando sobre o Chile, vale lembrar que também o governo brasileiro e a grande mídia das grandes corporações empresariais enalteciam o presidente da Argentina, o Macri, como modelo a ser seguido, e na Argentina nós vimos grandes mobilizações sociais, agora tudo indica que o Macri irá perder as eleições, inclusive, para aqueles que governaram antes a Argentina, e que tiveram experiências, inclusive,

muitas críticas de governo. Não foi uma experiência modelar, a experiência dos governos K, na Argentina. Mas o modelo neoliberal, radical, foi tão desastroso para o país vizinho que o povo argentino quer dar um basta no modelo através da derrota do Macri, e é o que vai ocorrer na Argentina agora. No Chile a mesma coisa! No Chile ainda forte. As mobilizações no Chile são as maiores desde os anos 90. Já conta: são 15 assassinatos, nessas mobilizações; mesmo assim as mobilizações não pararam, o nível de repressão foi muito brutal, tem sido muito brutal a repressão contra essas manifestações, apesar disso o povo chileno segue lutando, e no dia de hoje, segue lutando, embora ontem esse presidente, neoliberal, Piñera, tenha anunciado na televisão uma série de medidas de concessões. Primeiro, abandonou o decreto de aumento das tarifas de metrô, e agora anunciou o aumento de aposentadoria, o estabelecimento de uma cesta básica mínima, pedindo desculpas ao povo chileno. Esse mesmo presidente, adorado por muitos da política tradicional brasileira e reverenciado pelo atual governo brasileiro como um grande presidente, disse, no dia anterior, que as manifestações contra ele no Chile eram expressões de uma guerra, disse que o Chile estava em guerra e que, diante da guerra, era necessário enfrentar com repressão aqueles vândalos manifestantes. Um dia depois, esse mesmo presidente, diante da capacidade de luta do povo chileno, foi à televisão pedir desculpas. Apesar de pedir desculpas, evidentemente, o povo chileno não é idiota, o povo chileno tem muita consciência e segue nas ruas contra o modelo neoliberal. Então, não se dar conta de que há uma crise do neoliberalismo é um erro brutal. Há, sim, uma crise do modelo neoliberal, tanto é assim que nós, na América Latina, temos a experiência do Peru onde também vários presidentes que tentaram aplicar o plano neoliberal foram derrubados, e nós tivemos recentemente uma rebelião indígena e camponesa e popular no Equador contra também o aumento dos combustíveis em 123%, e essa rebelião equatoriana também obrigou o governo a recuar. Digo isso, porque o nosso País está num barril de pólvora, não vamos nos enganar. Eu vejo muitos dizerem que o povo brasileiro não vai se mobilizar, o povo brasileiro deixa passar tudo. Isso é falso, nós já tivemos, no Brasil, um primeiro ensaio geral de rebelião como estamos vendo no Chile, no Equador, no Peru, que foram as mobilizações de junho de 2013. Pois, aquelas mobilizações de junho de 2013 serão pequenas diante do vulcão que está se preparando, a erupção de um verdadeiro vulcão no País, e achar que isso não vai ocorrer é um enorme engano. Nós, do nosso ponto de vista, como PSOL, estamos, sim, conscientes da necessidade de constituir uma institucionalidade totalmente diferente da institucionalidade atual que está de costas para os interesses populares. É preciso, sim, respeitar o povo e construir uma institucionalidade capaz de representá-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, antes eu queria agradecer a atenção dos colegas que escutaram em silêncio a leitura que a Presidente fez aqui do Ver. André Carús, que hoje deu uma demonstração de respeito à Câmara Municipal de Porto Alegre. Hoje, nós vimos aqui alguém - que ainda não foi denunciado, muito menos condenado - renunciar ao seu mandato para que a Câmara Municipal de Porto Alegre possa seguir a sua missão de defender o povo de Porto Alegre. O Ver. Carús foi um grande vereador; as coisas pessoais que possam ter acontecido, ele está enfrentando pessoalmente sem ter o cargo de vereador. Então, cumprimentos a todos os nossos colegas que assistiram, atentamente, à leitura dessa carta.

Quero também aqui saudar a volta da Ver.^a Comandante Nádia e agradecer, Ver.^a Nádia, o seu trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Social. Foi um grande trabalho, de responsabilidade, sem pirotecnia – trabalho de formiguinha. Em todos os cantos de Porto Alegre, a senhora esteve olhando, fazendo o que podia fazer sem recursos muitas vezes, mas com a sua presença firme e orientadora. Parabéns, vereadora, bem-vinda à Casa; Porto Alegre e a Câmara de Vereadores ganham com a sua volta.

Ver.^a Lourdes Sprenger, que hoje assume a titularidade da cadeira, fico muito feliz, porque a senhora é uma grande vereadora. Estivemos, nos últimos quatro anos, na outra legislatura, lado a lado, defendendo as ideias. A senhora com a sua missão, com o seu sacerdócio na defesa dos animais, a senhora está aqui novamente. Eu tenho certeza que fará um grande trabalho neste ano e meio que falta não para o bem da senhora, que a senhora não precisa. A senhora é uma mulher que está muito bem, graças a Deus, mas na defesa dos animais, que precisam. Os animais precisam de alguém que os defenda, e V. Exa. Faz isso com muito brilhantismo, sem fazer extravagâncias. Vereadora, sucesso para a senhora! O MDB continua com a maior bancada, com cinco vereadores, mas com a maior bancada de mulheres também, duas mulheres. Duas mulheres e três homens, a maior bancada de mulheres.

Ver. Ricardo Gomes, eu escutei muito bem os discursos do Ver. Comassetto e do Ver. Robaina. Realmente, o Ver. Robaina em nenhum momento defendeu o governo Maduro, mas eu só queria lembrar que, no último ano da presidenta, como eles gostam de chamar, Bachelet, ela atacou os estudantes do Chile com jato d'água, com violência. Essa é uma presidenta socialista. Eles esquecem que ela atacou os estudantes na rua covardemente. Agora apareceram os baderneiros. Vocês não se lembraram que, dentre os baderneiros, estavam vinte e poucos policiais venezuelanos infiltrados nessa turma da bagunça. Então não precisamos ficar alerta não! Já tem uns panfletos em São Paulo pedindo para que os baderneiros voltem para a rua, para que eles incendeiem as coisas, como fizeram um tempo atrás. O povo brasileiro sabe ir para a rua sim, e vai quando precisa, para defender a população em relação aos corruptos, para defender as pessoas de bem, a população sabe sair às ruas de verde e amarelo. Não precisam usar bandeira estrangeira para fazer isso. Não precisam e não usam. Nós temos que ter muito claro: o que está acontecendo na América Latina é uma coisa orquestrada por alguém que perdeu a mamata, por alguém que ficou anos e anos... Assistindo à eleição da

Bolívia, eu me lembrei da eleição da Dilma, Ver. Cassiá. Não tinha o que escolher entre os dois, a Dilma e o Aécio. Mas tomaram a eleição do Aécio na noite, na noite da eleição, para apuração, igualzinho aconteceu na Bolívia. Mas que coincidência essa! Eu acho que nós temos que nos preparar para sempre defender a verdade, sempre defender a verdade! O que está incomodando, se vocês forem para a rua, são corporações que perderam as suas mamatas, as suas tetas, essas vão para a rua, as corporações. E nós estamos aqui para defender a população de bem e que trabalha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Vereadores e vereadoras; Ver. Alvoní, que preside os trabalhos; eu vou usar o tempo de liderança do PDT para falar que, hoje pela manhã, eu participei de uma audiência pública – não sei se todos os vereadores estavam sabendo ou receberam convites – que ocorreu no Auditório Araújo Vianna, que diz respeito às obrigações legais de uma PPP e a necessidade de se fazer uma audiência pública. Estavam presentes o secretário Cidade, o secretário Thiago, a diretora do Mercado Pública, Sra. Patrícia, e a presidente do Mercado Público, não me recordo agora o nome dela, enfim, um auditório bastante lotado, com a participação grande de permissionários, de consumidores, pessoas que vão ao mercado, que acabam acompanhando as notícias, e eu me fazia lá não apenas como vereador, mas também como consumidor e um apaixonado por aquele espaço da cidade.

O que propõe o governo, de maneira açodada, na pressa de querer tentar apresentar para a cidade soluções, porque, na verdade, passaram-se três anos deste governo Marchezan e não andaram as obras... Eu costumo dizer que o governo força a barra, assim como fez lá no DMAE. Eu quero lembrar aos vereadores que, no último verão, não foi por acaso que faltou água em várias comunidades como Restinga, Lomba do Pinheiro. Faltou água porque, ao longo dos anos, através de uma frente parlamentar aqui na Casa, avisamos o governo Marchezan que era necessário fazer investimentos e que iria faltar água. Chegou o verão e faltou! No Mercado Público não é diferente: a burocracia venceu, a inoperância, a incompetência do governo em entregar obras à sociedade fez com que, ao longo dos anos, aquilo que a sociedade queria receber, que era o retorno do 2º andar, as obras de melhorias para a gente qualificar esse espaço tão bonito... Aliás, não teve, nesta cidade, quem não sofreu com o incêndio do Mercado Público. Na verdade, a gente acaba descobrindo nessa agenda que é o governo que força isso para justificar as suas parcerias público-privadas, as suas tentativas de privatização. Eu reconheço que as PPPs podem e devem ser um instrumento importante para os governos, principalmente para os governos municipais, que não têm Casa da Moeda, não fabricam dinheiro, precisam buscar parcerias para que venham a executar programas, projetos de infraestrutura que vêm melhorar a cidade. Agora, nós imaginarmos que a solução para o Mercado Público seja através de uma PPP significa

dar a possibilidade para a iniciativa privada administrar o Mercado Público. Nós sabemos qual será o resultado disso: nós iremos descaracterizar o que há de mais bonito no Mercado Público e nós mantemos ao longo dos anos, que é a tradição, a aceitação às diferenças das crenças religiosas e principalmente a cultura que se desenvolve diante do Mercado. Eu quero aqui registrar, tive uma fala muito dura hoje lá, não me parece ser nada transparente, não me parece que há segurança jurídica para aquilo e me parece que o governo tenta transpor a opinião pública à sua vontade de responder aquilo que não conseguiu fazer ao longo dos três anos. Não é por acaso que o governo tem quase 80% de desaprovação, porque não tem a capacidade de ouvir a sociedade, de entender que nós podemos ter outros caminhos para encontrar soluções muito mais baratas e muito melhores para a sociedade de Porto Alegre. Fiz a denúncia da PPP da iluminação pública de Porto Alegre, que custaria muito mais caro se Porto Alegre comprasse as luminárias, pegasse os caminhõezinhos que estão lá já contratados, trocava as luminárias, e estava resolvido. Mas não, quiseram entregar, vai pagar mais caro para uma coisa que não havia necessidade, um serviço já de muita qualidade.

Eu quero fazer um registro de uma audiência pública, quero chamar a atenção dos colegas vereadores, porque esse é um assunto que não mexe apenas com o ambiente político, mexe com o interesse de muitas pessoas, não só os permissionários, mas principalmente os consumidores que frequentam, que gostam do que compram, que gostam do preço, da qualidade e de encontrar empresários que fazem, do seu dia a dia, o sustento da sua família e que garantem ao Mercado Público a qualidade que ela construiu ao longo de sua história. Eu serei crítico e estarei aqui fiscalizando permanentemente para que nós possamos ter o nosso Mercado Público novamente revitalizado, com as obras entregues e, quem sabe, encontrarmos uma modelagem, como já aconteceu no passado, onde os permissionários mesmos administrem, e que nós possamos dar ao Mercado Público a qualidade, a eficiência que todos nós, porto-alegrenses, exigimos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, seguindo o raciocínio do Ver. Mauro Zacher e baseado em tudo que foi discutido até agora aqui, hoje a grande saída que o governo tem é o que estamos vendo em nível federal. Jogam os trabalhadores para resolver a questão da dívida da previdência, mas não resolvem a dívida da previdência, porque a valentia que o governo tem em tirar direito de quem trabalhou a sua vida inteira e quer se aposentar, o governo não o tem com os sonegadores da previdência, em hipótese nenhuma. O governo com o trabalhador fala alto, ruge, e aí o governo, com seus credores, com as pessoas que cometem apropriação indébita do dinheiro do seu trabalhador e não repassam para a previdência, o governo é um gatinho bem domesticado, dando até 150 anos de carência

para pagar as dívidas com a previdência. Aí o governo é valente! Mas com aquele que está lá produzindo, gerando renda, que não tem a opção de ser sonegador, o governo é forte, o governo tem a sua austeridade! E aí o que se vê e que já se viu é essa reforma da Previdência, se não me engando é a quinta, em que quem ganha menos é quem mais paga. E continua a sonegação neste País! As grandes empresas sonegando a previdência, e o governo acha que os trabalhadores... Eu tenho dito para os trabalhadores que me procuram: parem! Olhem bem, eu sou presidente da Força Sindical, secretário-geral do sindicato dos comerciários de Porto Alegre, vice-presidente nacional da Força Sindical, e oriento os trabalhadores: parem, parem, senhores trabalhadores, de recolher a previdência, não assinem mais as suas carteiras, façam os patrões pagar a dívida da previdência, porque vocês vão contribuir com 11% dos seus salários e não vão nunca mais se aposentar, darão dinheiro para sonegação. Nunca mais irão se aposentar! Não é à toa que se vê nos jornais milhares e milhares de trabalhadores entrando com pedido de aposentadoria em várias áreas, até a pública, até da justiça, porque não querem perder seus direitos. A saída de tudo para o governo ou é taxar o pobre com a alta carga tributária, taxar o pobre que ganha em torno de R\$ 1,7 mil e paga 7,5% de imposto de renda ou então o governo tirar o direito do pobre.

Eu disse que ia continuar o raciocínio do Ver. Mauro Zacher, porque, se privatizar o Mercado Público... Aí o Ver. Camozzato diz que PPP não é privatizar. Como que não é privatizar, se o cara vai entrar com dinheiro dele lá dentro, ele vai querer as regras dele. Para visitar o Bará vai ter que pagar, para fazer uma feira de disco, uma feira de antiguidades, vai que pagar, porque eu estou botando meu dinheiro lá dentro. E aí não vai mudar nada; claro que não vai mudar nada. Eu só vou mudar a forma de pagamento do aluguel. Não vai mudar nada, só a forma de pagamento. Aí eu quero ver aquele cidadão lá que tem uma banquinha, vendendo chás e ervas dentro do Mercado Público, conseguir se estabelecer. Eu quero ver aquele cidadão lá que vende um almoço – um almoço! – a R\$ 9,00 continuar estabelecido dentro do Mercado Público. Ou alguém não sabe que, muitas vezes, o Mercado Público já matou a fome de muita gente? Inclusive já matou a minha fome, de poder ir até o Mercado Público e pedir um pedaço de pão com uma fatia de mortadela. Ou poder comer um salgado que custa em torno de R\$ 0,50 – isso só se encontra no Mercado Público de Porto Alegre! Ou as pessoas não sabem disso? Ou isso se encontra em confeitarias de Porto Alegre? Ou isso se encontra em padarias de Porto Alegre? Então, gente, vamos devagar que o andor é de barro, e o santo é mais de barro ainda. É muito bonito da boca para fora, mas a realidade se vê nas PPPs que foram feitas no Brasil. Eu já trouxe aqui o quadro de quanto prejuízo isso traz para o Estado, e ninguém me contestou aqui. Eu tenho também os dados ali de vários outros países que fizeram as PPPs. Como falou o Ferronato aqui, que foi muito feliz, quando disse que no Chile montaram esse sistema de previdência que o Brasil atrasadamente tenta fazer e hoje estão pagando a conta. Chile, Espanha e Portugal já refizeram isso e outros países que fizeram e estão refazendo, porque viram que lá na frente quem precisa se aposentar não consegue fazer. E quem é o causador de tudo isso continua causando, que são os grandes sonegadores, as grandes empresas que

recebem dinheiro público para virarem grandes empresas, através de financiamentos do BNDES e isenções, além disso sonegam os impostos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete vereadores. Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0526/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 022/19, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito por meio da Caixa Econômica Federal (CAIXA) até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as operações de crédito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana do Ministério de Desenvolvimento Regional.

PROC. Nº 0530/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 023/19, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 130 milhões (cento e trinta milhões de reais), no âmbito da linha de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA).

PROC. Nº 0309/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/19, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera o § 1º do art. 12 e inclui inc. IV no *caput* do art. 10 e inc. V no *caput* do art. 12, todos da Lei nº 8.267, de 29 de dezembro de 1998 – que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre, cria a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre a Licença de Adesão e Compromisso (LAC).

PROC. Nº 0432/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 199/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Rua Gilda Maria da Silva Diniz o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Um – Loteamento dos Ferroviários –, localizado no Bairro Humaitá.

PROC. Nº 0470/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/19, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede a Comenda Porto do Sol ao pastor Samuel Dietrich Espindola.

PROC. Nº 0479/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Maceno Lisboa da Silva.

PROC. Nº 0484/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/19, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ).

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a Pauta, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Ver. Alvoni Medina. Antes de cumprimentá-lo, quero cumprimentar a Presidente desta Casa, Ver.^a Mônica Leal, os colegas que revejo aqui, quero agradecer especialmente o apoio dos meus colegas da bancada - Ver. Cecchim, Ver.^a Lourdes, Ver. Valter, Ver. Mendes –, pela confiança em mim depositada durante a estada na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte. Assim como quero agradecer a visita de muitos colegas que aqui eu vejo, que foram na secretaria, ou dar um apoio, ou solicitar alguma demanda, ou simplesmente para sugerir alguma informação importante. Nos últimos dez meses, estive à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre, assumi o desafio de investir na prevenção primária, oportunizando aos mais necessitados alcançar os serviços públicos, oferecendo oportunidade de independência a essas pessoas. A gestora firme que fui, no período em que estive à frente desta pasta, permitiu que construísse uma nova roupagem para a causa, desfazendo o discurso tradicional, assistencialista e devolvendo a dignidade para quem encontrava-se em situação de vulnerabilidade. Focamos no comprometimento com o outro, com a vida humana tão banalizada hoje em dia. Fortalecemos a relação indissolúvel entre direitos e deveres. Grupos ideológicos costumam incentivar a população a lutar pelos seus direitos, sem destacar, no entanto, a importância dos seus deveres, principalmente no que diz respeito à vida em sociedade. São eles que sustentam a formação de vínculos, delimitam o espaço de cada um e estimulam uma convivência harmônica. Quando o Estado não obriga o cidadão a cumprir os seus deveres, não consegue construir uma nação forte. Ajudamos as pessoas a terem a sua independência com oportunidade para se tornarem protagonistas das suas vidas, usufruindo, sim, dos benefícios dos programas sociais com dia para entrar, porém, com hora certa para sair. Quebramos, ou pelo menos iniciamos a quebra do falso paradigma do direito humano criado e promovido pela esquerda brasileira que setorizou os direitos humanos e restringiu esse tema ao assistencialismo, visando o uso de recursos financeiros para bancar suas questões ideológicas apenas. Combatemos o enraizamento da vanguarda do atraso, com ações públicas concretas de assistência social, de proteção para crianças e adolescentes, de idosos, de emprego e habitação. Deixamos como legado os novos restaurantes de Porto Alegre, o Prato Alegre, espaços diferenciados, com um ambiente que não oferecesse apenas um prato de comida, mas refeições gratuitas, descentralizados em cinco regiões

de Porto Alegre. Desde o fechamento do Bandeirão, muito criticado, as pessoas em situação de vulnerabilidade social puderam contar com a parceria da Secretaria e da ADRA, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais. O resultado foi mais de 300 refeições servidas, cortes de cabelo, atenção, longas conversas, doações de roupas, encaminhamentos para emprego, capacitação, aluguel social e muitas outras ações em prol dessa parcela sempre esquecida.

Minha equipe e eu colocamos a mão na massa, cozinhamos e servimos refeições para as pessoas que procuravam o local; infelizmente, não vi os vários críticos ferrenhos por lá.

O Sine municipal, além de ser eleito o melhor serviço oferecido pela nossa cidade, oportunizou capacitação, cursos de treinamento, inclusive para pessoas em situação de rua, sendo que 12 pessoas em situação de rua já estão empregadas, Ver. Medina. O Cabide Solidário, outro projeto guardado na gaveta, também foi revitalizado e foi um grande sucesso, proporcionando roupas adequadas para que os desempregados pudessem ter a opção de se vestirem com maior autoestima.

Foram entregues dois novos albergues em parceria com o Projeto Restaurar, oferecendo 150 vagas para a população em situação de rua, além de três centros POPS, onde o mesmo público tem a oportunidade de se alimentar, de participar de oficinas e buscar novas experiências. Perguntem aos albergados se eles estão satisfeitos, os senhores se surpreenderão, a qualidade dos locais é excelente.

Participamos ativamente do projeto Cidadania e Talento.com, com o CIEE-RS, oferecendo vagas em cursos...

(A Ver^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): ...cursos de capacitação para jovens no nosso Estado e principalmente para jovens em vulnerabilidade, para que eles obtenham a independência econômica; qualificação faz a diferença.

Revitalizamos o #desafiodotênispoa, projeto adormecido que beneficiou mais de 1.500 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Agora, elas podem usar os tênis para irem à escola e também para fazerem aulas de esportes, uma forma de ajudar a descobrir também novos talentos, desenvolver a autoconfiança, investir na prevenção primária, impedindo que eles fiquem ociosos para serem cooptados pelo crime na prevenção primária, impedindo que eles fiquem ociosos e sejam cooptados pelo crime.

A Festa Municipal das Crianças, no Parque Marinha do Brasil, deu alegria e diversão para mais de quatro mil pessoas, as quais aproveitaram a data e também as muitas atividades oferecidas.

Protagonizamos campanhas históricas, com arrecadações recordes, como a Campanha do Brinquedo e a Campanha do Agasalho. Arrecadamos e distribuimos mais de 342 mil peças: 71 mil pessoas foram beneficiadas e 210 entidades assistidas. Foi uma ação muito pró-ativa que recebia doações e logo as distribuía, pois no inverno o frio não espera.

Recebemos a doação de dois micro-ônibus acessíveis diretamente das mãos do Sr. Osmar Terra, ministro da cidadania, que vai facilitar a vida das pessoas com deficiências.

Entregamos a Estação Cidadania da Restinga, uma obra parada desde 2012 e que tem como base oferecer atividades de lazer, cultura, serviços assistenciais e qualificação profissional para cerca de 60 mil pessoas daquela comunidade. Essa era uma antiga demanda, como também é a Estação Cidadania da Lomba, uma obra praticamente acabada, com 80%, que a empreiteira abandonou e infelizmente foi saqueada. Retomamos a obra e em março de 2020 iremos entregar. Finalizando, mesmo sem citar todos os serviços, que são muitos, senhores, oferecidos pela gigante estrutura da secretaria que fui chamada para administrar, cito uma importante parceria também com a Delegacia da Defesa da Pessoa Idosa, com a Polícia Civil, que resultou, há pouco mais de uma semana, na possibilidade de desativarmos e prendermos os responsáveis por um depósito de pessoas, que se intitulava clínica geriátrica, mas era, infelizmente, uma clínica de horrores.

Sim, a nossa secretaria era muito complexa, aliás uma secretaria reformulada, com seis secretarias ali dentro, mais o Conselho Tutelar. Uma secretaria repleta de desafios, mas foi uma maravilhosa experiência, pois implementamos novas perspectivas de vida para as pessoas mais vulneráveis de Porto Alegre. Quebramos diversos paradigmas, identificamos e atuamos em gargalos do sistema, deixamos vários legados e a certeza de termos realizado o melhor trabalho. Continuamos unidos pela melhoria da nossa cidade, agora aqui no Parlamento Municipal. Com nota de repúdio do PDT, com grito do Simpa, aqui estamos e aqui vamos trabalhar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Informo que, assim que terminar a Pauta, vamos encerrar a sessão e abriremos uma sessão extraordinária somente para a Ordem do Dia.

(Manifestação sem microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Tenho que finalizar a Pauta, Ver. Cassio. Consulto a Ver.^a Lourdes Sprenger e o Ver. Eng^o Comassetto se podemos finalizar a Pauta e abrir a sessão extraordinária.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Eu retiro minha inscrição em Pauta.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Mônica, vereadoras e vereadores, nem vou usar meus cinco minutos, mas quero deixar meus registros nesta data em que me sinto sensibilizada pelos momentos vividos nos últimos dias na Câmara de Vereadores e que culminou com o pedido de renúncia do colega vereador. Desejo que o jovem vereador siga seu caminho com reflexão para novas decisões, para novos rumos, e que logo seja encerrada essa investigação para concluirmos este capítulo que muito nos entristeceu. Quero também fazer o registro de que já estou aqui desde 2018 e que hoje passo à titularidade, uma formalidade para levar ao cumprimento de todo o segundo mandato e dizer eu continuarei com seriedade, responsabilidade, e fiel às causas que me trouxeram até aqui e também atenta aos bons projetos para a cidade, oriundos aqui do Legislativo ou do Executivo Municipal, e que estamos trabalhando e apoiando as emendas na Assembleia Legislativa, do Código Estadual Ambiental, onde modificaremos o enquadramento das espécies de animais; hoje só constam as espécies de animais silvestres, e estamos incluindo as espécies de animais domésticos para que possam ter elevadas multas para todos os casos de maus-tratos constatados e comprovados, e assim nós termos uma diminuição de tantas demandas nesta área, bem como dos abandonos que ocorrem diariamente.

Quero desejar boas-vindas à Ver.^a Comandante Nádia, cumprimentá-la pelo trabalho na Prefeitura, como secretária, o que muito nos orgulha, e de todas ações realizadas em poucos meses, e aos demais suplentes de vereador, que estão chegando hoje, substituindo os titulares. Então, a nossa bancada, pela primeira vez na história, tem duas vereadoras. Que bom que não é questão de diferenciação, que bom que temos duas vereadoras titulares na bancada do MDB, e que possamos fazer um bom trabalho para a cidade, para os porto-alegrenses. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h15min)

* * * * *